

Assinatura do Contrato

Expansão da Capacidade Aeroportuária de Lisboa

Montijo, 8 de janeiro de 2019

Sr. Primeiro-Ministro,

Colegas de Governo,

Presidentes de Câmara do Montijo, de Lisboa e demais Presidentes de Câmara

Autoridades Cíveis e Militares

Senhor Presidente e responsáveis da Vinci

Minhas senhoras e Meus Senhores

Assinalamos hoje um momento marcante do desenvolvimento da capacidade aeroportuária em Portugal. 50 anos depois de se começar a discutir em Portugal a criação de um novo Aeroporto para a Região de Lisboa, assinamos o Acordo de Execução Técnico-Financeira que viabilizará a construção do Aeroporto Complementar do Montijo e a expansão do Aeroporto Humberto Delgado.

Há 50 anos, em 1969, era constituído o Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa. 50 anos depois, damos um passo decisivo para a execução de uma solução à altura das necessidades da Região e da nossa economia.

Pelo caminho 17 localizações alternativas foram estudadas e abandonadas.

Chega de hesitações, é agora tempo de avançar.

Avançar para uma solução adequada às necessidades da Região e do país. Avançar para uma solução competitiva e comportável.

A história do transporte aéreo em Portugal tem sido uma história de sucesso. Os últimos anos foram particularmente bem sucedidos, fruto de uma forte dinâmica do Turismo, das companhias aéreas e da gestão aeroportuária.

Contudo, a não preparação atempada do futuro levou a que quando chegámos ao Governo tenhamos encontrado um aeroporto saturado; a

privatização da ANA concluída, com os recursos financeiros desviadas para outros fins; e, ainda, uma completa ausência de consenso social e político relativamente à construção de um aeroporto de raiz, que poderia levar a que se passasse mais umas décadas a discutir sem que, de facto, a solução fosse concretizada.

Se hesitássemos, se nada fizéssemos agora, pagaríamos nos próximos anos, em menos crescimento dos passageiros transportados, em menos crescimento económico.

Nenhuma solução pode ser equacionada que não responda às necessidades de emergência, ao mesmo tempo que enfrenta os problemas estruturais da capacidade necessária para as próximas décadas.

O Aeroporto Complementar do Montijo é uma solução adequada, comportável e sustentável.

É, também, uma solução que reúne consenso suficiente para avançar, que foi defendida pelo anterior Governo e apoiada pelo principal partido da oposição quando a apresentámos em 2016.

E, sobretudo, é uma solução que responde às necessidades de desenvolvimento do país.

Este acordo é, assim, muito significativo, pois define e permite que avancem desde já os investimentos necessários para o curto prazo, que permitem que o tráfego aeroportuário no Aeroporto Humberto Delgado continue a crescer em 2019 e nos anos seguintes, depois de um crescimento impressionante nos últimos anos, e da perspetiva de pela primeira vez atingirmos a cifra de 30 milhões de passageiros em 2019.

É verdade que o Aeroporto Humberto Delgado tem comportado estes sucessivos crescimentos, muito para lá de tudo o que se admitia no passado. Mas não é possível mais crescimento sem muito mais investimento no aeroporto. Hoje, os atrasos nas viagens, e a imprevisibilidade da operação, têm já consequências económicas que não podemos negligenciar.

Por isso, precisamos deste Acordo, para que avancem imediatamente os investimentos nas saídas rápidas de pista, nas novas posições de estacionamento ou no terminal de passageiros, que permitirão acompanhar nestes próximos anos o aumento da eficiência operacional da navegação aérea, decorrente do novo sistema de gestão de tráfego já em implementação, fruto da ação exemplar da NAV Portugal.

Precisamos deste Acordo, para que a ANA Aeroportos possa avançar com os estudos, projetos e autorizações complementares, que permitirão ganhar tempo na expansão do Aeroporto Humberto Delgado e na construção das infraestruturas do Aeroporto Complementar do Montijo.

Ganhar tempo, não significa cometer qualquer atropelo à legislação e regulamentação nacional e comunitária. Por isso, tenho repetido até à exaustão que nenhum aeroporto começará a ser construído sem as competentes autorizações ambientais e sem que todas as medidas mitigadoras e compensatórias sejam definidas e assumidas.

Com este Memorando, podemos ganhar meses na expansão do Aeroporto Humberto Delgado, podemos ganhar meses nos projetos de engenharia do Aeroporto do Montijo. Seria irresponsável não aproveitar essa oportunidade, a benefício da economia do país e dos portugueses.

Sabemos que, no plano teórico e especulativo, podem sempre defender-se outras possibilidades. Mas essas possibilidades esbarram com uma realidade muito concreta, que é o tempo necessário para ter em operação um aeroporto construído de raiz, que levaria 10 a 15 anos a ser concretizado, resultando em perdas milhares de milhões de euros para a economia portuguesa, em virtude desse atraso.

Sr. Primeiro-Ministro

Minhas Senhoras e meus Senhores

O país precisa deste projeto de investimento, e precisa dele agora.

Com a sua execução, duplicamos a capacidade aeroportuária da Região de Lisboa.

O Aeroporto Humberto Delgado beneficiará de um investimento de 900 milhões de Euros, e será significativamente descongestionado, pelo que terá as melhores condições para ser o grande hub das ligações entre a Europa, África e a América do Norte e do Sul.

Aumenta muito o conforto de utilização, com fortes investimentos no terminal e zonas circundantes, aumentam as posições de estacionamento e os stands de contacto, aumenta a capacidade de pista e facilita a gestão do tráfego aéreo, com vários investimentos em saídas rápidas de pista ou taxiways, apenas para dar alguns exemplos. Será, estou certo, o aeroporto de referência da região e da nossa companhia de bandeira, a TAP, por muitas décadas.

Com a execução deste projeto de investimento, promovemos o crescimento aeroportuário e do Turismo, com um novo Aeroporto Complementar, vocacionado para ligações ponto-a-ponto e de médio curso, que sofrerá um investimento de 691 milhões de Euros, que se tornará um polo de competitividade na Península de Setúbal.

Este aeroporto será potenciado por um conjunto de acessibilidades e de transportes públicos, que reforçarão a centralidade da infraestrutura e a competitividade da península, em particular de espaços com forte vocação económica e objeto de abandono há décadas, como é o caso da antiga Quimigal ou da Siderurgia Nacional.

Neste sentido, estão já a ser estudadas as ligações rodoviárias entre o Montijo, o Barreiro e o Seixal, para tirar proveito da sua proximidade ao aeroporto e potenciar ainda mais o desenvolvimento da Região.

De acordo com estudos internacionais de referência, podemos sem dificuldade admitir que o número de postos de trabalho diretos e indiretos gerados pelo novo aeroporto será superior a 10.000, o que coloca este investimento, a par da Autoeuropa, como os maiores investimentos na Península de Setúbal no período da democracia.

Não será, portanto, um pequeno aeroporto ou um apeadeiro, mas um aeroporto de dimensão internacional, que se equivalerá ao atual Aeroporto Sá Carneiro – onde, refira-se, estão também em curso obras que permitem expandir em 60% a sua capacidade.

O aeroporto complementar do Montijo será muito competitivo, pois beneficiará de uma localização ímpar, muito próxima do centro de Lisboa, e será ainda potenciado pelas ligações ponto a ponto entre os dois aeroportos e em transporte público ao centro da cidade.

Será um aeroporto seguro, seguindo os melhores padrões internacionais, que serão certificados pelas autoridades competentes, e ambientalmente conforme, pois todas as medidas que vierem a ser decretadas no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental serão implementadas.

Como tenho referido, os temas de segurança e ambientais não são passíveis de discussão. Um qualquer aeroporto ou cumpre integralmente as regras de segurança e ambientais, ou nem sequer existirá. O Estado, a ANA Aeroportos e a ANAC estão plenamente conscientes deste facto, e agirão em conformidade.

Com a solução global encontrada, e depois de uma negociação leal mas dura, assegurou-se que o investimento substancial a realizar, que no caso do Aeroporto Humberto Delgado triplicará o ritmo médio dos últimos anos, não prejudicará a competitividade do transporte aéreo em termos de receitas aeroportuárias. As taxas evoluirão de forma mais competitiva do que nos anos anteriores, e acaba definitivamente o mecanismo regulatório que permita o aumento de taxas quando crescia o número de passageiros transportados. Não

obstante, o Estado assegurou que a concessão não é prolongada, nem diminui a partilha de receitas com o erário público por parte da concessionária.

Sr. Primeiro-Ministro

Minhas senhoras e meus senhores

Avançando para o fim da minha intervenção, cabe referir a negociação realizada ao longo de mais de um ano, destacando o espírito cooperante da concessionária nesse quadro negocial. Mas deverei destacar particularmente a colaboração das Forças Armadas, em particular da Força Aérea, neste processo e na construção desta solução, bem como de todos os representantes de entidades públicas envolvidas neste processo negocial.

Não chegamos ao fim deste processo. Não estamos aqui a colocar pomposamente uma primeira pedra. Mas estamos a dar um passo decisivo na expansão da capacidade aeroportuária da Região de Lisboa e do país.

Sr. Primeiro-Ministro

Minhas senhoras e meus senhores

Nesta legislatura, devolvemos esperança aos portugueses:

Mais emprego; mais igualdade!

Com esta assinatura hoje, e num setor tão importante como o Turismo e o Transporte Aéreo, estamos a dizer a Portugal que esse crescimento, essa esperança, se prolongarão – pelo menos no que às infraestruturas diz respeito – pelos anos de 2019, 2010, pelas próximas décadas.

Muito obrigado.